

# Emenda acaba "tampão"

3/12/87, QUINTA-FEIRA • 13

## e dá 5 anos a governador

O senador José Richa (PMDB/PR) enviou ontem ao departamento de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) o texto da emenda que inviabiliza o mandato tampão de dois anos para governador do DF. A emenda foi enviada ao Prodasen junto com as 88 propostas de mudanças no atual texto do anteprojeto de Constituição, que serão apresentadas no plenário da Constituinte pelo Grupo dos 32 — ala do Congresso que reúne parlamentares do PMDB, PFL, PDS, PL, PDC e PTB.

O texto da emenda do senador prevê que as eleições para o governador do DF e os deputados da Assembleia Legislativa de Brasília serão coincidentes com o pleito para o futuro presidente da República. O mandatário do DF, assim como os deputados distritais, teriam também o mesmo mandato do novo Presidente, ou seja, cinco anos, de acordo com decisão já aprovada na Comissão de Sistematização.

A eleição, tanto do governador como dos deputados distritais, seria feita em dois turnos. Todos os candidatos participariam do primeiro turno eleitoral, mas apenas os dois mais votados é que participariam da disputa final das vagas para governador e da Assembleia Legislativa.

A emenda elaborada pelo senador José Richa (PMDB/PR) prejudica decisão já aprovada pela Comissão de Sistematização. A comissão aprovou emenda de autoria do deputado Augusto Carvalho (PCB/DF) e do senador Pompeu de Souza (PMDB/DF), que definiu que as próximas eleições para governador do DF e dos membros da Assembleia Legislativa seria em 1988, mas o mandato dos titulares destes cargos seria coincidente com os dos

demais governadores e deputados do País.

Neste caso, o primeiro mandatário eleito do DF, assim como os deputados distritais pioneiros teriam um mandato tampão de dois anos. Isso porque, já estão previstas eleições para governadores e deputados em 1990. E, com esta situação que o Grupo dos 32 não concorda.

Segundo justificativa apresentada à emenda, o Distrito Federal não tem autonomia completa no âmbito judiciário, econômico e de segurança pública. Por isso, a medida mais recomendável seria que o pleito de governador do DF fosse realizado com o de presidente da República. A opinião do grupo é de que o mandato tampão só serviria para tumultuar a administração da capital do País, além do que, o governador que assumisse nestas condições mal tomasse posse se veria às voltas com a sua sucessão.

### Apoio

O pacote de emendas do Grupo dos 32, no qual está incluída a emenda contra o mandato tampão, conta com o apoio de 90% dos parlamentares do Centrão — outra ala do Congresso que é constituída do PMDB, PFL, PDS, PL, PDC e PMB, segundo o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL/BA), um dos articuladores do Centrão.

Fazem parte do Centrão os deputados do DF Francisco Carneiro (PMDB), Márcia Kubitschek (PMDB), Jofran Frejat (PFL), Valmir Campelo (PFL) e o senador Meira Filho (PMDB). Entretanto, os deputados Francisco Carneiro, Márcia Kubitschek e o senador Meira Filho, afirmaram ontem que não tinham conhecimento da apresentação da emenda do Grupo dos 32.

## Divisão prejudica autonomia

A divisão da bancada do DF no Congresso é uma ameaça à realização de eleições diretas para governador e Assembleia Legislativa do Distrito Federal, um compromisso eleitoral feito à população de Brasília por seus constituintes. Esta foi a conclusão a que chegaram ontem os deputados Augusto Carvalho (PCB), Maria de Lourdes Abadia (PFL), Jofran Frejat (PFL), Sigmaringa Seixas (PMDB) e os senadores Maurício Corrêa (PDT) e Pompeu de Souza (PMDB), ao se encontrarem ontem, durante ato público dos servidores do Ministério da Educação que estão em greve.

Diante desta análise, os parlamentares da bancada deverão se reunir ainda esta semana para tentar definir uma posição conjunta sobre o assunto. Segundo os constituintes, a divisão da bancada é um episódio que precisa ser superado para que se possa, no plenário da Constituinte, votar de acordo com suas posições defendidas nas últimas eleições.

A reunião, no entanto, promete ser bastante movimentada, apesar das intenções de diálogo. A bancada, mesmo unida em torno das eleições em 1988, considerada compromisso eleitoral, discorda sobre o tempo do mandato que deverão ter o futuro governador eleito e os deputados distritais, que formarão a Assembleia Legislativa.

A posição da deputada Márcia Kubitschek (PMDB) acompanha o teor da emenda que será apresentada pelo Grupo dos 32 do Congresso. A parlamentar defende que as eleições para governador sejam coincidentes com o pleito para Presidente da República e que o candidato eleito tenha o mesmo tempo do mandato presidencial cinco anos, de acordo com decisão aprovada na Comissão de Sistematização.

O deputado Francisco Carneiro, por sua vez, acha que deve vigorar o texto que ficou aprovado na Comissão de Sistematização. Ou seja, eleições diretas para governador e deputados em 1990, com mandato igual aos dos demais governadores estaduais do País,

isto é, quatro anos de gestão para o futuro governador do DF. Até 1990, porém o cargo continuaria a ser indicado pelo Presidente da República.

A posição do senador Meira Filho (PMDB) é de que se realizem eleições em 1988 para governador e Assembleia Legislativa. Mas ele é contra a emenda do deputado Augusto Carvalho (PCB) e do senador Pompeu de Souza (PMDB), que depende o mandato, para governador e deputados distritais eleitos, em 1988, de apenas dois anos. Na sua opinião, o mandato dos eleitos do DF deveria coincidir com o período previsto para Presidente da República — cinco anos.

### Pelo "tampão"

Os deputados Geraldo Campos (PMDB), Augusto Carvalho (PCB), Sigmaringa Seixas (PMDB) e o senador Pompeu de Souza (PMDB), acreditam, entretanto, que o mandato tampão é a proposta ideal para Brasília. Eles defendem que o primeiro governador do DF, assim como os deputados distritais sejam eleitos em 1988, mas que seus mandatos coincidam com o de governadores e deputados dos outros Estados do País.

Os indefinidos sobre a questão são os deputados Maria de Lourdes Abadia (PFL) e Jofran Frejat (PFL). Na opinião destes constituintes, ainda não apareceu uma proposta que vá ao encontro dos seus anseios: eleições em 1988, com fim da indicação do governador, mas com mandato compatível para a realização de um bom Governo.

O deputado Valmir Campelo (PFL) defende que o governador continue a ser indicado até 1990, e, a partir desta data, haja eleições diretas para o cargo. Mas ele sugere que o mandato seja igual ao dos outros governadores do Brasil, quatro anos. O senador Maurício Corrêa (PDT) não admite a hipótese do mandato de dois anos para governador, e defende que o governador eleito em 1988 tenha mandato coincidente com o de Presidente.

## Nova Carta vai à mesa de bar

Com o propósito de trazer para a rua e para a mesa de bar os grandes debates que acontecem na Constituinte, como também as questões políticas que envolvem o processo de redemocratização do País, será iniciado hoje, no Bar Moinho, um Ciclo de Debates com a presença de parlamentares e o público em geral.

Carlos explica que os debates devem acontecer de forma que, tanto expositores, como o público, possam expressar seus pontos de vista, independentes das ideologias partidárias. Ele acredita que os próprios constituintes, em um am-

biente mais descontraído, como no bar, podem "dar o seu recado de forma mais espontânea".

O debate de hoje à noite, que inicia o ciclo, tem como tema o parlamentarismo e o presidencialismo. Foram convidados os parlamentares Brandão Monteiro, líder do PDT, Ibsen Pinheiro, líder do PMDB e o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O programa prossegue até o dia de 19 e o tema de amanhã, é "A Mulher na Constituinte". Também estão previstos debates sobre reforma agrária e eleições no DF.